

APRESENTAÇÃO

Joaquim Azevedo¹

A educação inclusiva tem estado na agenda das políticas públicas em muitos países do mundo. Em Portugal esta problemática tem merecido um destaque especial, particularmente desde 2018.

Acolher todos os cidadãos na escola e promover cada um, no quadro de uma educação que assente no desenvolvimento humano diverso, integral e harmonioso, talvez nunca tenha deixado de estar presente, de diferentes modos, nas políticas de educação, ao longo dos séculos XX e XXI. E este foco tem sido crucial para se manter viva uma educação escolar de base humanista e preocupada sobretudo em assegurar níveis elevados e multifacetados de aprendizagem e de desenvolvimento a todos e a cada um. Mas ele debate-se, numa tensão por vezes muito forte, com outros focos que comprometem as práticas de uma educação realmente inclusiva, como sejam a meritocracia e a seletividade dos “mais aptos”, restringindo muitas vezes o campo educativo a uma arena de competitividade e de desumanidade que deixa marcas profundas de injustiça e de desigualdade em muitos cidadãos.

Ora, o trabalho pedagógico que cristaliza as diferenças entre os cidadãos acaba sempre por praticar a injustiça e reforçar as desigualdades. Olhar cada um como é, sem julgamentos nem condenações, sempre de modo positivo, e favorecer as suas aprendizagens e o seu desenvolvimento pleno envolve um trabalho pedagógico imenso: desde o projeto educativo da instituição, que se foca ou não nesta perspetiva humanista

¹ Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Educação e Psicologia, Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano (CEDH), Porto, Portugal. jazevedo@porto.ucp.pt.

e inclusiva da educação escolar, passando pelas lideranças escolares que a promovem adequadamente ou obstaculizam, pelos projetos curriculares de turma e de disciplina/área disciplinar e pelos planos de atividades (tantas vezes um folclore desfocado do nervo central da educação), até ao tipo de envolvimento das famílias e das comunidades locais e até às práticas pedagógicas em sala de aula, que podem ser ou não capazes de atender cada um e promover todos, com justiça e equidade.

Uma educação justa para com cada cidadão, que se vê obrigado a frequentar as instituições escolares desde muito cedo a até muito tarde (18 anos, no caso de Portugal), constitui o mínimo denominador comum que as nossas democracias têm de ser capazes de fomentar, como imperativo ético e político. De outro modo, imperará uma escola seletiva, competitiva, burocrática, sem alma nem destino, profundamente desumana, o que até é compatível, tantas vezes, com o que se convencionou designar por “bons resultados escolares”.

O tema agregador deste número da RPIE conta com vários artigos de proveniências muito diversas e com perspectivas de análise diversificadas em temáticas e metodologias. Percorrem-se terrenos muito amplos, que contribuem para uma visão mais acutilante acerca do que verdadeiramente importa quando optamos por desenvolver uma educação realmente inclusiva e justa: desde o 1.º ciclo ao ensino superior, desde o ensino profissional ao ensino da música, desde a língua gestual aos projetos interdisciplinares, desde o projeto 3I ao projeto PertenSer, desde a flexibilidade curricular até à utilização das TIC, desde a sala de aula até ao envolvimento territorial e sociocomunitário.

Nunca será demasiado o esforço que é preciso desenvolver para que as práticas pedagógicas de uma educação inclusiva e justa sejam sustentadas em evidências. A drástica separação que persiste entre a ação educativa escolar e os resultados da investigação científica em educação tem sido e vai continuar a ser bastante prejudicial para este foco concreto do trabalho dos profissionais de ensino, das escolas e das políticas. O sistema educativo dominante e a sua “gramática” esmagam e devoram continuamente, certamente com o maior deleite, esforços genuínos e gigantescos de inovação escolar e de desenvolvimento curricular, porque estes, entre outras razões,

não atendem decididamente, desde o seu início, da concepção ao planeamento e à monitorização e avaliação, aos “ensinamentos” que as evidências recolhidas por todo o mundo já nos permitem conhecer, sistematizar e aplicar em cada contexto.

É como se olhássemos as duas margens de um rio, que nunca se tocam, apesar de se irem vendo constantemente, ora mais longe, ora mais perto. Para se tocarem e reanimarem, é preciso algo mais e esse algo mais, quem sabe a terceira margem do rio, como dizia Guimarães Rosa, é que é decisivo. E está ao nosso alcance.